

A EXPANSÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO A PARTIR DO INÍCIO DA SISTEMATIZAÇÃO DE DADOS DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP) SOBRE O ENSINO SUPERIOR

THE EXPANSION OF THE ADMINISTRATION COURSE FROM THE BEGINNING OF THE DATA SYSTEMATIZATION OF THE ANÍSIO TEIXEIRA NATIONAL INSTITUTE OF STUDIES AND RESEARCH (INEP) ON HIGHER EDUCATION

Prof^ª. Dra. Cristina Tischer Ranalli Aparecido¹,

¹ Doutora pela Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-5379-3927>

Autor correspondente: Prof^ª. Dra. Cristina Tischer Ranalli Aparecido- UNIP, Campus de Jundiaí / São Paulo – Brasil.

INFORMAÇÕES DO ARTIGO

Histórico:

Recebido em 02/08/2023
Recebido revisado 15/09/2023
Aceito em 10/10/2023
Publicado em 20/11/2023

PALAVRAS-CHAVE:

Administração;
Democratização do Ensino;
Matrículas;
Cursos.

KEYWORDS:

Administration;

Educational Democratization;
Enrollments;
Courses.



© 2024. Published by Zoom Business Review. This article is distributed under the terms of the Creative Commons. Reuse, distribution and reproduction are permitted provided that the original work is properly cited and that all applicable license conditions are observed.

RESUMO

Este artigo analisa, a partir de dados coletados e divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), a expansão do curso de Administração, no tocante ao número de matrículas e número de cursos oferecidos em território nacional. Por meio de pesquisa bibliográfica e documental com abordagem qualitativa, este estudo considera os parâmetros históricos da expansão do ensino superior a partir da democratização do ensino e como o curso, em específico, se comporta no contexto da Reforma do Estado iniciada na década de 1990. Os dados tomam como referência 1995, data do primeiro registro sistematizado do ensino superior, e 2022, últimos dados divulgados pelo INEP no momento da pesquisa. O objetivo da pesquisa é delinear o crescimento do curso de Administração no Brasil, observando o número de matrículas e número de cursos oferecidos nos anos de 1995, 2005, 2015 e 2022, dados estes que propiciam a análise qualitativa sobre a sua expansão. Os resultados demonstram que a expansão do curso foi constante ao longo do período observado, principalmente no que se refere ao número de cursos ofertados em território nacional, porém constata-se um decréscimo no número de matrículas nos últimos sete anos.

ABSTRACT

This article analyzes, based on data collected and published by the National Institute of Studies and Research Anísio Teixeira (INEP), the expansion of the administration course, in terms of the number of enrollments and number of courses offered in the national territory. Through bibliographical and documentary research with a qualitative approach, this study considers the historical parameters of higher education expansion followed by the democratization of teaching and how this course, in particular, behaves in the context of the State Reform which began in the 1990s. The data will be based on 1995, the date of the first systematized record of higher education, and 2022, the latest data released by INEP at the time of this research. The objective of this research is to outline the growth of the administration course in Brazil, observing the number of enrollments and number of courses offered in the years 1995, 2005, 2015 and 2022, data that provide qualitative analysis on its expansion. The results demonstrate that the growth of the administration course is constant, mainly with regard to the number of courses offered in the national territory, however, there has been a decrease in the number of enrollments in the last seven years.

1. INTRODUÇÃO

O Ensino Superior no Brasil passou por mudanças substanciais a partir dos anos 1990 com a elaboração da Reforma do Estado conduzida pelo então Ministro Bresser Pereira no governo Fernando Henrique Cardoso. A Reforma do Estado proposta por Bresser Pereira tinha como questão central reconstruir o Estado frente ao mundo globalizado que estava se estruturando, e para isso, algumas justificativas foram pontuadas para corroborar a necessidade da reforma administrativa do Estado, bem como para a reforma educacional. As argumentações mais relevantes que impactaram o ensino superior alegavam que o Estado não tinha capacidade de absorver toda a crescente demanda de estudantes que almejavam frequentar um curso universitário, além da estrutura universitária estatal não estar adequadamente preparada para as inovações educacionais que o mercado exigia, pontuam Silva Jr. e Sguissardi (2001). Outra argumentação para a reforma universitária era o fato do sistema universitário de pesquisa do modelo humboldtiano ser muito oneroso, exigindo dos cofres públicos um investimento que estava indisponível para a pasta educacional. Portanto, a alternativa aventada pelo Estado era de manter algumas universidades públicas no modelo humboldtiano, ou seja, dedicadas a pesquisas, e apoiar o credenciamento de instituições de ensino superior que poderiam optar pelo modelo humboldtiano de pesquisa ou pelo modelo napoleônico de formação profissional. É neste contexto histórico de Reforma do Estado que se tem a raiz da expansão do ensino superior, principalmente o privado.

O tema da expansão do ensino superior é vasto, o que coloca esta pesquisa como um recorte de um tema maior, por isso a análise se detém ao curso de Administração enquanto matrículas efetuadas e número de cursos disponibilizados nos anos de 1995, 2005, 2015 e 202, a fim de que se possa delinear o crescimento do curso e realizar uma análise qualitativa dos dados levantados.

Para proceder a análise, optou-se pela revisão bibliográfica para fundamentar a contextualização histórica, a pesquisa documental enquanto consulta a dados oficiais do INEP e análise qualitativa dos dados. A base de dados varia entre artigos científicos e dados do INEP.

Espera-se com esta pesquisa contribuir para reflexões posteriores sobre o ensino superior brasileiro, bem como delinear o que os dados oficiais demonstram sobre o curso de Administração em território nacional.

2. O CRESCIMENTO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

A partir da década de 1990, durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, uma agenda neoliberal foi adotada para estabelecer as regras da Reforma do Estado, atendendo a interesses de organismos multilaterais como o Banco Mundial (BM), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Organização Mundial do Comércio (OMC). Sguissardi (2006) afirma que, para cumprir tal agenda foi preciso reformular as políticas também na área da educação superior, a fim de atender a uma demanda globalizada, o que levou à exaltação de uma educação em instituições privadas como solução mais adequada para acelerar a inclusão dos jovens no ensino universitário. Considerando a taxa de matrícula como o principal indicador de

acesso ao ensino superior, constata-se que a rede privada de ensino neste grau de educação é a grande responsável pela Educação Superior no país, segundo Barros (2015). É por meio dos incentivos governamentais das políticas de expansão que o setor privado aumenta significativamente o número de matrículas e se estabelece como detentora da maior parcela de mercado neste segmento de atuação.

Reis e Pires (2023) afirmam que a partir da segunda metade da década de 1990, portanto na década da Reforma do Estado, ampliou-se o número de matrículas no ensino superior, expandindo a oportunidade de acesso dos brasileiros a esse nível de ensino, graças aos programas de financiamento federal. Essa postura governamental muda o patamar do ensino brasileiro nesta etapa educativa, que era elitizado e passa a ser massivo. Trow (2005) estabelece em seus estudos que dependendo da porcentagem de jovens que atendem ao ensino superior, há uma concepção diferente sobre o alcance das políticas públicas, isto é, quando 15% dos jovens fazem parte neste nível de ensino, caracteriza-se um sistema de elite; se 16% a 50% são incluídos na educação superior, tem-se o sistema em massa, e a partir de 51% da população de jovens integrados à esta etapa educativa, tem-se o sistema universal. Para o autor, a ampliação de matrículas acadêmicas é o fator determinante de um sistema, não importando se as matrículas correspondem a taxas líquidas ou a taxas brutas. Para Moraes e Gomes (2009), a transição de um sistema de elite para um sistema de massa, no caso brasileiro, deveu-se ao crescimento do setor privado, responsável pelo avanço significativo do volume de matrículas desde a Reforma do Estado.

Ribeiro e Medeiros (2020), bem como Tomás e Silveira (2021) pontuam que a educação superior sempre foi vista como uma oportunidade de ascensão social e por promover transformações na sociedade, esse setor da educação passa a fazer parte do rol dos temas prioritários para planos estratégicos das nações. No caso brasileiro, segundo os autores, a partir da Constituição Federal de 1988 e, mais especificamente, da nova Lei de Diretrizes e Base (LDB) no. 9.394/96, as estratégias para a expansão do ensino superior no Brasil tomaram forma, o que corrobora o crescente número de instituições de ensino superior de modelo privado. Outro fator relevante para a expansão do ensino superior, principalmente no setor privado, foi a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) que estabelece a meta de ampliação de vagas e cursos de graduação, tanto na primeira versão (2001-2011), quanto em sua segunda versão (2014-2024). Para tentar cumprir a meta 12 do PNE, meta da elevação do número de matrículas, o Estado oferta, por meio do sistema privado de ensino, programas de financiamento para os interessados em cursar uma graduação, sendo os principais sistemas de financiamento o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Fundo de financiamento Estudantil (FIES).

Outro aspecto relacionado à expansão do ensino superior no Brasil está ligado ao crescimento contínuo da modalidade Ensino a Distância (EaD), já prevista na LDB no. 9.394/96 e regulamentada por vários decretos e portarias ao longo de sua história. Bielschowsky (2023) aborda o tema afirmando que a utilização da educação a distância é um fator de democratização do acesso ao ensino superior, tanto das instituições públicas

quanto das instituições privadas e que esta modalidade de ensino contribui para a elevação do número de matrículas e o cumprimento de metas estabelecidas pelo PNE.

Ao observar os relatórios do INEP dos anos 1995 e 2022, nota-se que o número de matrículas em 1995 correspondia a 1.459.703 em todo o Brasil, com 6.252 cursos disponíveis dentre as áreas de estudo. Em 2022 o número de matrículas saltou para 9.443.597 em todo o Brasil, com 44.951 cursos disponíveis em território nacional nas diversas áreas de estudo. Em vinte e sete anos do programa de expansão do ensino superior houve um avanço de 646,95% do número de matrículas efetuadas e de 718,9% do número de cursos oferecidos.

3. O CURSO DE ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL

A Administração, enquanto ciência, data do início da Primeira Revolução Industrial, no século XVIII na Inglaterra. Foi neste período histórico que, segundo Montana e Charnov (2017), os estudos sistemáticos sobre as tarefas e padronizações das operações do trabalho tomaram corpo. Chiavenato (2020) aponta que a invenção da máquina a vapor por James Watt (1736-1819) foi a grande responsável pelas mudanças no mundo do trabalho, modificando a estrutura comercial e social da época. Stoner e Freeman (1994) colocam que a teoria científica da administração surgiu pela necessidade de se aumentar a produtividade e a eficiência dos trabalhadores, o que levou Frederick Wilson Taylor (1856-1915), Henry L. Gantt (1861-1919), Lillian Gilbreth (1878-1972) e Frank Gilbreth (1868-1924) a delinearem um conjunto de princípios conhecido como teoria da administração. Maximiano (2017) lembra que Taylor, o líder do movimento da administração científica, propôs um redesenho do sistema de trabalho que era baseado em palpites ou intuições dos trabalhadores, idealizando um processo de tarefas em que a produtividade fosse uma consequência da eficiência do trabalho, bem como o fruto de um trabalho executado de forma inteligente. A partir desse pensamento de Taylor várias teorias foram formuladas no decorrer do tempo para elaborar a teoria administrativa que compõe o que se conhece hoje como administração e gerenciamento.

A história da Administração como teoria científica é ampla, uma vez que acompanha a história da própria civilização. Entender seu processo evolutivo e sua complexidade é crucial para compreender as nuances que essa área de estudo traz. No Brasil, o primeiro curso de Administração no ensino superior data de 1941 com a fundação da Escola Superior de Administração de Negócios (Esan) em São Paulo, que teve como inspiração o curso de *Graduate School of Business Administration* da Universidade de Harvard, como afirma Coelho (2019). Enquanto área de estudo, o curso de Administração foi se moldando às necessidades demandadas pelo seu próprio período de atuação.

O curso foi avaliado em todas as etapas do Sistema de Avaliação criado pelo Ministério da Educação desde sua criação, portanto passou, no final do século XX e início do século XXI, por avaliações do Exame Nacional de Curso, também conhecido como “Provão”, entre 1996 até 2003, e passa periodicamente pelo

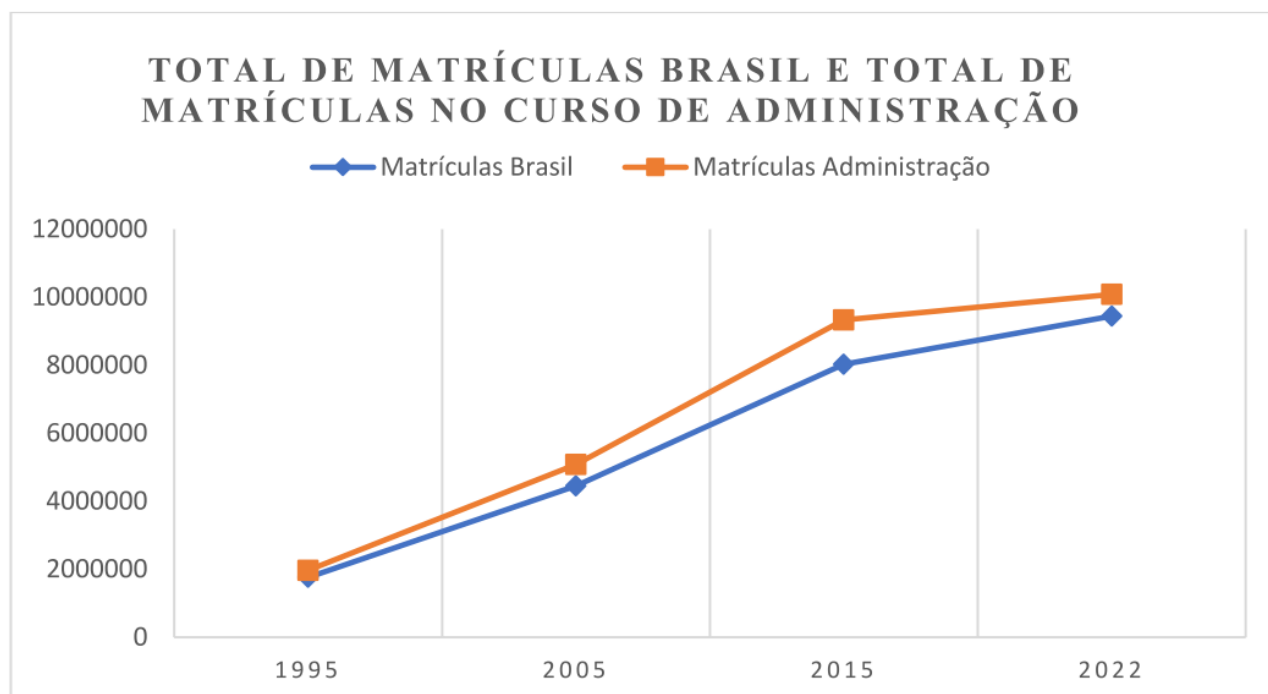
Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) desde 2004. Os dados das avaliações são reunidos em um banco de dados, sistematizados desde 1995, no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), para consulta pública.

Os dados disponíveis no INEP são organizados anualmente e disponibilizam informações sobre as instituições de ensino superior, cursos, corpo docente, pessoal técnico administrativo, regiões geográficas, alunado, ensino presencial e ensino a distância, além de elencar os dados entre ensino privado e ensino público. Dentre as informações disponíveis no banco de dados do INEP, este estudo tem o número de matrículas e o número de curso de Administração como delimitação da análise.

4. O CRESCIMENTO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL

O ano de 1995 foi o primeiro ano de divulgação de dados de forma sistemático disponibilizado pelo INEP, assim sendo, esta foi a data selecionada para servir como parâmetro de comparação desta análise sobre o crescimento do curso de Administração no Brasil. Foram considerados os dados dos anos de 1995, 2005, 2015 e 2022 como parâmetro de análise, dados esses disponíveis na sinopse do ensino superior do INEP nos respectivos anos de análise.

Gráfico 1



Fonte: INEP, elaborado pela autora.

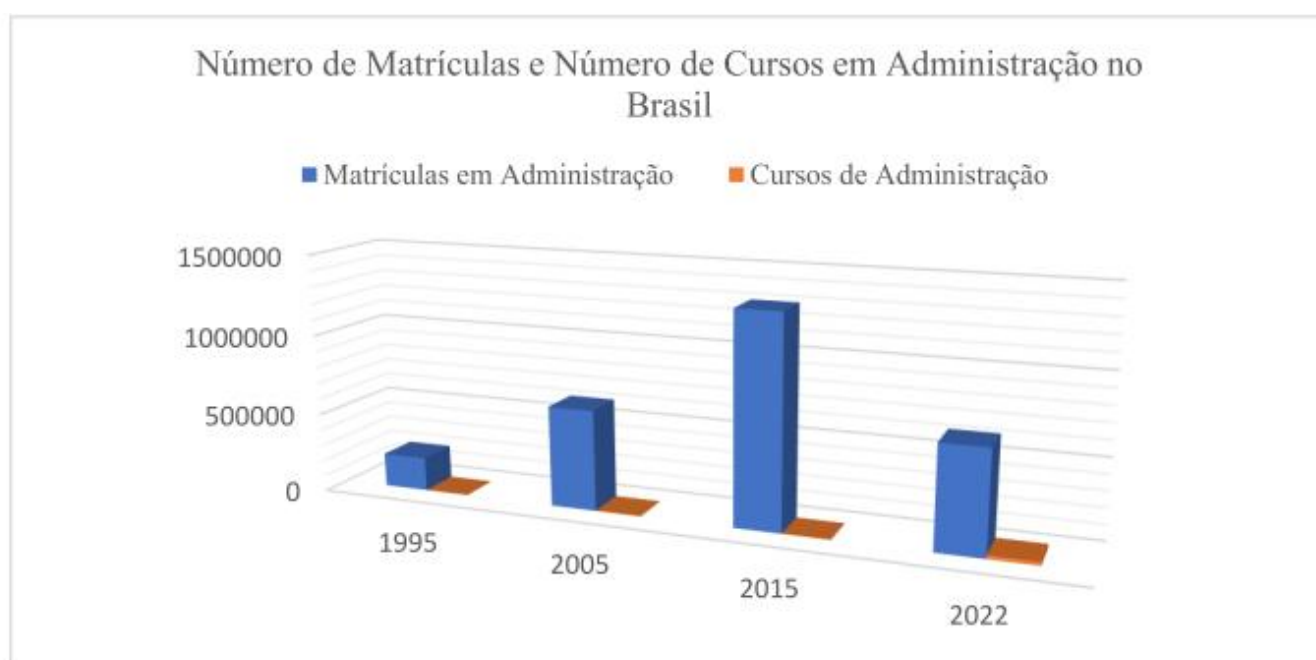
Pode-se observar no gráfico 1 que o número de matrículas no ensino superior no Brasil está em ascensão constante com os números absolutos de 1.759.703 matrículas em 1995, 4.453.156 matrículas em 2005, 8.027.297 matrículas em 2015 e 9.444.116 matrículas em 2022, o que corrobora a estratégia de expansão do ensino superior em território nacional arquitetado pela Reforma do Estado na década de 1990.

Os dados demonstram que houve um aumento de 253% das matrículas em 2005 em relação às matrículas em 1995, de 180,3% em 2015 em relação ao ano de 2005 e de 117% em 2022 em relação a 2015. Embora a expansão do ensino superior fique evidente, é preciso considerar que percentualmente a década de maior ascensão dos cursos de ensino superior se deu entre 1995 até 2005. Nas décadas seguinte, apesar de apresentar uma porcentagem positiva no número de matrículas, os números de matrículas vêm decrescendo.

Quando se observa o número de matrículas do curso de Administração, os dados mostram que houve um crescente constante até 2015 e que a partir daí o número de matrículas apresentou ligeira redução. Em números absolutos temos 209.912 matrículas em 1995, 626.301 matrículas em 2005, 1.305.571 matrículas em 2015 e 638.789 matrículas em 2022. Embora as matrículas de 2022 sejam superiores às matrículas dos anos de 1995 e 2005, observa-se uma redução de 48,9% de matrículas em relação ao ano de 2015. O curso de Administração apresentava crescimento contínuo nas décadas anteriores, de 1995 até 2005 o curso cresceu 298,4% e de 2005 até 2015 apresentou um aumento de 208,5%.

Com os dados apresentados, pode-se afirmar que o curso de Administração, em 1995, representava 11% das matrículas do ensino superior brasileiro, em 2005 o curso passou a representar 14% das matrículas do ensino superior em território nacional, em 2015 o curso de Administração foi responsável por representar 16% dos alunos do ensino superior no Brasil e em 2022 essa parcela de representação dos estudantes de Administração do ensino superior decresceu para 6,8%.

Gráfico 2

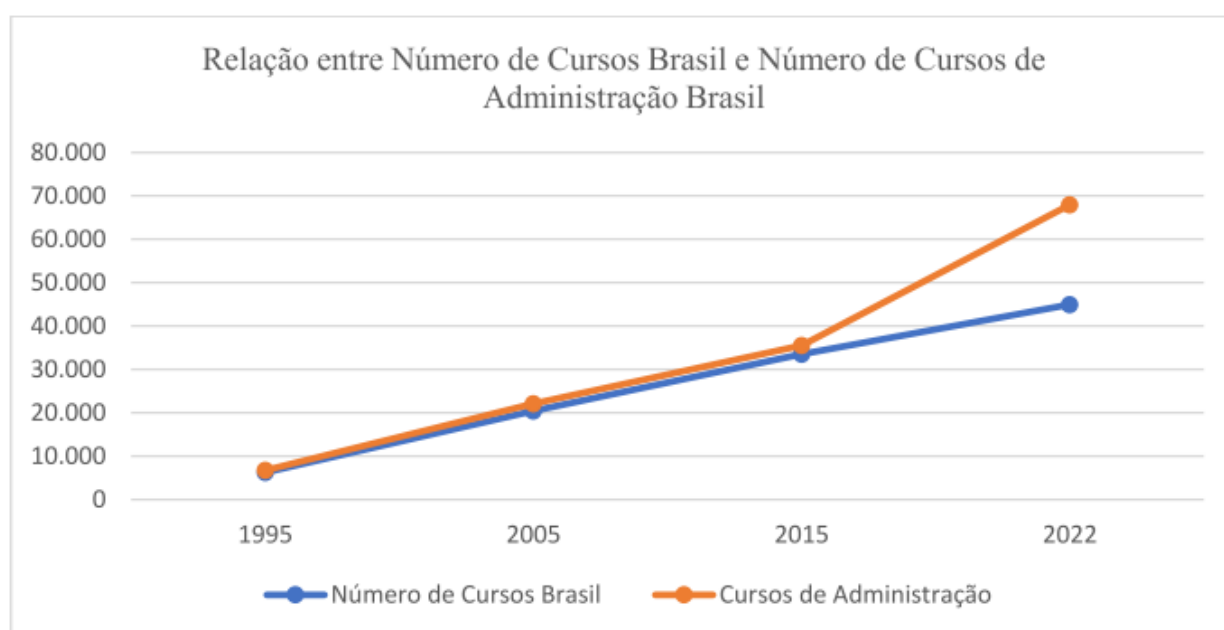


Fonte: INEP, elaborado pela autora.

O crescimento do número de matrículas no curso de Administração, e seu decréscimo nos últimos sete anos pode ser visualizado pelo gráfico 2. Quando se analisa o número de cursos de Administração oferecidos em território nacional desde 1995, observa-se um crescente contínuo de ofertas pelas diversas instituições de ensino superior, sejam elas públicas ou privadas. Em 1995 havia 470 cursos de administração disponíveis em todo o Brasil, em 2005 esse número teve um acréscimo de 356%, chegando a 1676 cursos disponíveis para o ingresso de estudantes no ensino superior.

Em 2015 o crescimento do número de cursos pelo Brasil foi mais singelo, cresceu apenas 120,3%, atingindo o número absoluto de 2017 cursos. Contudo, o grande salto de crescimento significativo do curso de Administração acontece entre 2015 e 2022. Em apenas sete anos, o curso de Administração cresceu 1.140%, o que representa 22.990 cursos disponíveis para alunos que desejam uma graduação em Administração. Observa-se, também, com esses dados que o maior número de ofertas de cursos em Administração ocorre em 2022, ano em que há um decréscimo no número de matrículas efetuadas.

Gráfico 3



Fonte: INEP, elaborado pela autora

Verifica-se, com o gráfico 3, que a oferta de cursos no Brasil mantém uma constante de crescimento com os números absolutos de 6.252 cursos em 1995, 20.407 cursos em 2005, 33.501 cursos em 2015 e 44.951 cursos em 2022. Esse crescente constante do número de cursos ofertados corrobora o plano de expansão do ensino superior. Quando se analisa os números do curso de Administração na linha do tempo estipulada pela pesquisa, percebe-se que a oferta desta área do conhecimento também registra crescimento contínuo, uma vez

que havia 470 cursos de Administração em 1995, 1.676 em 2005, 2.017 em 2015 e 22.990 em 2022. Nota-se, também, com esses dados, que o curso de Administração representava 7,5% do total de cursos ofertados em 1995 e 8,2% em 2005, o que sustenta o argumento de crescimento do curso no Brasil, contudo, em 2015 houve uma queda na oferta do curso, pois ele representou apenas 6% do total de cursos disponibilizados pelas instituições de ensino superior. Entretanto, nos sete anos subsequentes o número de cursos de Administração retomou o crescimento e em 2022 o curso detém 51,1% do total de matrículas nos cursos de ensino superior.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Ensino Superior no Brasil tem passado por constantes transformações para responder à demanda, aliás aspecto notável ao observar os anos 1990 quando o Brasil, por meio da Reforma do Estado, projetou uma nova estrutura educacional para atender às necessidades de um mundo em pleno processo de globalização.

O tema da expansão do ensino superior é repleto de nuances e possibilidades de análise, por isso essa pesquisa fez o recorte sobre o curso de Administração, mais especificamente focada no número de matrículas e no número de cursos ofertados. A linha do tempo também foi delimitada para os anos de 1995, 2005, 2015 e 2022, a fim de que o eixo da pesquisa não se perdesse. Assim sendo, a pesquisa percorreu o caminho da análise bibliográfica e documental, de modo que a análise qualitativa dos dados pudesse ser mais adequada.

Observa-se que nos último 27 anos de registros sistemáticos do INEP sobre o ensino superior, a expansão do número de cursos de diversas áreas do conhecimento e de matrículas efetuadas no curso de Administração, objeto de análise, se consumou com dados positivos para o projeto de expansão do ensino superior. A cada década estudada, verificou-se que as matrículas totalizadas para os cursos de graduação no Brasil cresceram, embora a primeira década (1995-2005) tenha apresentado a maior percentagem de crescimento.

Os cursos de Administração apresentaram os melhores números percentuais também na primeira década de estudo (1995-2005) e uma redução do número de matrículas, com retração de 48,9% em 2022 com relação a 2015. Os dados demonstram que nos último sete anos o número de matrículas está decrescendo, mesmo que os dados mostrem que os números de cursos de Administração estejam em sua melhor fase de expansão neste mesmo período. Enquanto o curso apresentou uma queda de 48% nas matrículas, o número de cursos disponíveis cresceu 1.140% nos últimos sete anos. Certamente o decréscimo do número de matrículas no curso de Administração não se dá por falta de cursos disponíveis em território nacional, mesmo porque a expansão do ensino a distância, um dos fatores que contribui para a expansão do ensino superior, faz com que esta área do conhecimento alcance a todos que queiram estudá-la. O questionamento dos estudiosos sobre este declínio deve pautar-se sobre fatores como:

1. A redução do número de matrículas no curso de Administração se daria pelo aumento de oferta de cursos de outras áreas do conhecimento?

2. A redução do número de matrículas no curso de Administração está ligada ao número de egressos do ensino médio, que optam por outros cursos ou até mesmo por não cursarem uma graduação, criando uma escassez de alunado para o ensino superior?

Indubitavelmente, esses questionamentos levam a outras interpretações, novas indagações e, espera-se que a novas pesquisas sobre o assunto.

Declaração de conflito de interesse:

Os autores declaram não haver conflito de interesse.

REFERÊNCIAS

BARROS, Aparecida da Silva Xavier. Expansão da Educação Superior no Brasil: limites e possibilidades. Campinas, Educ. & Soc., v. 36, no. 131, p. 361-390, abr-jun, 2015. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/es/a/NGJT56LBxz9VCDCp7gr86Tf/abstract/?lang=pt> >.

BIELSCHOWSKY, Carlos Eduardo. (coord) Expansão da Educação Superior no Brasil: análise das Instituições Privadas. São Paulo: Centro de Estudos Sociedade, Universidade e Ciência. 2023. Disponível em: < <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/64956> >.

BRASIL. Senso da Educação Superior: notas estatísticas. Ministério da Educação. Brasília, DF: INEP, 2023. Disponível em: < <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao> >.

CERVO, Amado L.; BERVIA, Pedro A.; SILVA, Roberto da. Metodologia Científica. São Paulo: Pearson, 2014.

CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à Teoria Geral da Administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. São Paulo: Atlas, 2020

COELHO, Fernando de Souza. História do Ensino de Administração Pública no Brasil (1854-2006): antecedentes, ciclos e a emergência do Campo de Públicas. Brasília: Enap, 2019. Disponível em: < https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4285/1/9_Livro_História%20do%20ensino%20de%20administração%20pública%20no%20brasil%20%281854-2006%29.pdf >.

MAXIMIANO, Antônio César Amaru. Introdução à Administração. São Paulo: Atlas, 2017.

MONTANA, Patrick J.; CHARNOV, Bruce J. Administração. São Paulo: Saraiva, 2017. MORAES, K. N.; GOMES, A. M. Expansão da educação superior no governo FHC e Lula: transição para um sistema de massa? [Goiânia], 2009. Disponível em: < https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/248/o/1.3.__27_.pdf >. Acesso em: 13 mar. 2022.

REIS, Márcia Santos Anjo; PIRES, Luciene Lima de Assis. Expansão do Ensino Superior no Brasil de 1995 a 2020: políticas e ações. Brasília, Em Aberto, v. 36, no. 116, p. 45-59, jan-abr 2023. Disponível em: < <http://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/5480> >.

RIBEIRO, Elisa Antônia; MEDEIROS, Danilo Custódio de. Expansão da Educação Superior no Brasil na Última Década: surgimento de um novo cenário de acesso? Uberaba, Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, v. 1, p. 1-15, 2020. Disponível em: < <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/8689> >.

SGUISSARDI, Valdemar. Reforma universitária no Brasil – 1995-2006: precária trajetória e incerto futuro. Campinas, Educ. & Soc., v. 27, n. 96 - Especial, p. 1021-1056, out., 2006. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/es/a/PsCdVc87JdsF6KDX7LhGq6H/?format=pdf&lang=pt> >.

SILVA JR., João dos Reis.; SGUISSARDI, Valdemar. Novas Faces da Educação Superior no Brasil. São Paulo: Cortez, 2001.

STONER, James A. F.; FREEMAN. R. Edward. Administração. Rio de Janeiro: ABDR, 1994.

TOMÁS, Maria Carolina; SILVEIRA, Leonardo Souza. Expansão do Ensino Superior no Brasil: diversificação institucional e do corpo discente. Porto alegre, Revista Brasileira de Sociologia, v. 9, no. 23, p. 149-177, 2021. Disponível em: < <https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/781> >.

TROW, Martin. Reflections on the transition from elite to mass to universal access: forms and phases of higher education in modern societies since WWII. California, California Digital Library, 2005. Disponível em: <http://repositories.cdlib.org/igs/WP2005-4>.